



Universidades Lusíada

Ronzani, Telmo Mota
Carrêa-Netto, Weverton
Dalton, Clarissa
Dalcol, Marina

A atuação do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua

<http://hdl.handle.net/11067/7252>
<https://doi.org/10.34628/y4yf-zp40>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

O presente capítulo discutirá sobre os desafios e avanços da prática dos(as) psicólogos(as) brasileiros(as) frente às políticas públicas para pessoas em situação de rua. Serão apresentadas as principais perspectivas da formação em psicologia, problematizando o papel e o preparo desses profissionais para atuação nas políticas sociais e a tentativa de ultrapassar a visão de homem como um ente psicológico isolado do contexto social, a ênfase para uma atuação individualizada e afastada das questões ...

This chapter will discuss the challenges and advances in the practice of Brazilian psychologists in relation to public policies for people experiencing homelessness. The main perspectives of psychology education will be presented, questioning the role and preparation of these professionals to work in social policies and attempting to overcome the view of the individual as a psychological being isolated from the social context, emphasizing individualized action separated from the social issues ...

Tipo

bookPart

Editora

Universidade Lusíada Editora

ISBN

978-989-640-265-5

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-06T01:56:22Z com informação proveniente do Repositório

A Atuação do(a) Psicólogo(a) nas Políticas Públicas Voltadas para Pessoas em Situação de Rua.

TELMO MOTA RONZANI⁵⁵

WEVERTON CORRÊA NETTO

CLARISSA DALTON, MARINA DALCOL

<https://doi.org/10.34628/y4yf-zp40>

O presente capítulo discutirá sobre os desafios e avanços da prática dos(as) psicólogos(as) brasileiros(as) frente às políticas públicas para pessoas em situação de rua. Serão apresentadas as principais perspectivas da formação em psicologia, problematizando o papel e o preparo desses profissionais para atuação nas políticas sociais e a tentativa de ultrapassar a visão de homem como um ente psicológico isolado do contexto social, a ênfase para uma atuação individualizada e afastada das questões sociais brasileiras. Como forma de exemplificação e reflexão deste contexto, apresentaremos os principais dados de uma pesquisa realizada com psicólogos que trabalham em dispositivos assistenciais voltados para essa população no município de Juiz de Fora-MG, Brasil

Abstract

This chapter will discuss the challenges and advances in the practice of Brazilian psychologists in relation to public policies for people experiencing homelessness. The main perspectives of psychology education will be presented, questioning the role and preparation of these professionals to work in social policies and attempting to overcome the view of the individual as a psychological being isolated from the social context, emphasizing individualized action separated

⁵⁵ Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

from the social issues in Brazil. As an exemplification and reflection of this context, we will present the main data from a research conducted with psychologists who work in assistance services focused to this population in the municipality of Juiz de Fora-MG, Brazil.

A atuação das(os) psicólogas(os) nos serviços de atendimento à população em situação de rua no Brasil

Introdução

A existência de pessoas que utilizam das ruas como lugar de moradia é um fenômeno complexo, compreendido como expressão radical da “questão social” (Silva, 2006). Isso significa dizer que a população em situação de rua (PSR) é uma das manifestações mais alarmantes e perturbadoras das desigualdades sociais geradas no interior da sociedade capitalista, alicerçadas sobre os conflitos entre a socialização da produção e a apropriação privada dos lucros e condições de trabalho. Embora autores como Sousa e Macedo (2019), visando fugir de reducionismos, atentem para necessidade de compreensão da situação de rua como um fenômeno complexo e multideterminado, atravessado e retroalimentado por fatores de ordem *estrutural*, *biográficos* e da *natureza* (Silva, 2006), eles também apontam a relevância e pertinência do resgate do debate sobre a “questão social” como possibilidade de entendimento da PSR para além de análises fragmentadas e individualizantes do fenômeno.

Isso não significa, é claro, o apagamento das histórias singulares dos sujeitos em suas trajetórias até a vida nas ruas ou o anulamento da complexidade das relações entre sujeito e sociedade que engendram o fenômeno da PSR. Significa, por outro lado, uma necessária cautela para com a legitimação de perspectivas ideológicas que recaiam na culpabilização individual dessas pessoas pela condição de extrema vulnerabilidade em que se encontram ou em uma “psicologização” dos problemas sociais, risco frequente nas aproximações da Psicologia com a realidade social ao longo de sua história (Paiva et al., 2021). Portanto, a leitura da problemática representada pela existência de pessoas em situação de rua pelo

prisma de suas determinações sociais é indispensável, tanto para a desnaturalização dessa realidade, quanto das condições que a tornam possível em nossa sociedade em seu atual momento histórico.

Nesse sentido, é necessário somar à análise da “questão social” e das origens da PSR no Brasil particularidades referentes à formação social do país. Segundo Sousa e Macedo (2019), alguns dos principais aspectos presentes na formação do Brasil que condicionaram o surgimento e aumento da PSR em contexto nacional foram a colonização, a escravidão, o desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo brasileiro, assim como a conformação de um Estado comprometido com os interesses das elites. Além disso, ainda conforme os autores, a fim de compreender o fenômeno em seu cenário atual de agravamento, é preciso fazer referência a ampliação do projeto neoliberal no Brasil a partir dos anos 70, que tem como consequência a maior precarização das condições de vida e trabalho e a submissão das intervenções do Estado na sociedade aos ditames do mercado. Dessa forma, observa-se a intensificação dos processos de “rualização” dos sujeitos e a incorporação de novos segmentos populacionais à PSR, trazendo maior heterogeneidade à composição desse grupo.

Partindo dessa breve contextualização relativa às determinações sócio-históricas da PSR, incluindo suas particularidades em território nacional, é possível compreender como essa se trata uma população estruturalmente marginalizada e vulnerabilizada, o que afeta suas trajetórias de vida em múltiplos níveis, anteriormente mesmo à ida para as ruas. A situação de rua, na qual culmina esse processo de vulnerabilização, mas que não deve ser entendida como destino definitivo para todas as pessoas, é marcada pela presença de necessidades em (quase) todos os âmbitos da vida.

Macedo et al. (2020) denunciam, entretanto, um paradoxo desconcertante sob o qual vive essa população. Segundo os autores, ao mesmo tempo em que as suas necessidades são complexas e concernentes a diversos setores - Saúde, Assistência, Direitos Humanos, etc. - e núcleos profissionais, há um baixíssimo nível de acesso dessas pessoas a tais políticas e serviços, quadro representativo do acúmulo das violações dos direitos desses sujeitos.

No Brasil, é tardia a proposição de políticas específicas direcionadas para a PSR⁵⁶. É apenas recentemente e, enfatiza-se, com forte protagonismo do Movimento Nacional da População de Rua na cobrança de ações do Estado, em que foram conquistados avanços no âmbito das políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da PSR. A Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), instituída em 23 de dezembro de 2009 por meio do Decreto 7.053, é resultado desse processo.

Na série dos avanços, além da instituição da PNPSR, no setor da Assistência há a criação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, serviço previsto na PNPSR e que integra a Proteção Social Especial de média complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2009). Já no setor da Saúde, é instituído no ano de 2012 por meio da Portaria nº 122 o Consultório na Rua, serviço que integra a Rede de Atenção Psicossocial, ao nível da Atenção Básica, do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2011). Reconhecendo a multidimensionalidade das necessidades da PSR, nas diretrizes da PNPSR e para a organização dos diferentes serviços a *intersectorialidade* e a *interdisciplinaridade* são indicadas como orientações essenciais visando a garantia da integralidade na atenção à essa população.

Com os avanços recentes na ampliação do acesso e na promoção de políticas públicas direcionadas para a PSR no Brasil, há uma maior inserção de psicólogos em serviços voltados para o atendimento das necessidades dessa população (Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais [CRP-MG], 2015). Esse movimento é congruente com o aumento do número de profissionais de Psicologia nos campos articulados às políticas públicas nas últimas décadas, relacionado à expansão da profissão e das próprias políticas no período pós-redemocratização (Silva & Carvalhaes, 2016). Ademais, a emergência do Terceiro Setor como substituto do Estado em sua responsabilidade de intervenção nas sequelas da “questão social”, no contexto de refuncionalização neoliberal dos políticas sociais e de privatização dos serviços, é um dos fatores que compõe a ampliação da inserção dos psicólogos no campo social (Yamamoto, 2007).

⁵⁶ Para uma compreensão do desenvolvimento histórico da política para a PSR no Brasil, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de Oliveira (2017), “O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito”.

Não surpreendentemente, esse processo não ocorre isento de polêmicas. Fazendo um resgate do percurso da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, Yamamoto (2007) aponta como características predominantes na área ao longo de seu desenvolvimento no país o *elitismo*, a *centralidade da abordagem clínico-individualista* e o *modelo de profissional liberal*. Tais aspectos seriam responsáveis pelo histórico distanciamento dos psicólogos da realidade e das demandas das maiorias populares. Porém, seja pelas já citadas contingências do mercado, assim como pelo surgimento e desenvolvimento articulado do “Projeto de Compromisso Social” da Psicologia, projeto ético-político para a profissão de comprometimento com a transformação da realidade desigual vivenciada por amplas parcelas da população brasileira, percebe-se que esse é um quadro que se encontra em plena mudança (Bock et al., 2022).

A Psicologia tem conquistado cada vez maior abrangência no Brasil, processo através do qual ela também se aproxima, literal e figurativamente, das ruas e daqueles que nelas vivem. Contudo, o contato com a realidade e as demandas da PSR provoca questionamentos para a Psicologia e para o seu “Projeto de Compromisso Social” que vão para além da questão de sua - necessária, mas não suficiente - abrangência (Yamamoto, 2007).

De acordo com Paiva et al. (2021), a atuação dos profissionais nos serviços de atendimento às demandas sociais, como aquelas apresentadas pela PSR, ainda é marcada pela falta de clareza acerca de suas atribuições e de seu papel, que, aliados às insuficiências da formação profissional e dos referenciais teórico-metodológicos tradicionais da Psicologia, pautados no modelo clínico/individualista, configuram desafios para uma prática adequada às necessidades da população atendida e socialmente comprometida. Em confluência, Senra e Guzzo (2012) alertam para o fato de que apenas o ingresso dos profissionais de Psicologia nas políticas e espaços públicos não basta. Conforme as autoras, é preciso uma formação e uma prática que sejam coerentes com o discurso de “compromisso social” para o desenvolvimento de intervenções verdadeiramente transformadoras das condições de vida das populações atendidas.

Diante desse cenário, considerando as especificidades e as implicações da atuação junto à PSR, assim como a escassez de estudos que se propõem a discutir o trabalho do psicólogo com esse grupo populacional (Sawaia et al., 2018), é evidente a necessidade de se compreender como tem se dado a inserção dos

psicólogos nos espaços de atendimento a esse público. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma aproximação com a atuação dos psicólogos inseridos nos serviços de atendimento à PSR no município de Juiz de Fora (MG) e discutir os desafios e experiências relatadas pelos profissionais.

Metodologia

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, realizada em colaboração com a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de campo exploratória, de natureza qualitativa. Os participantes da pesquisa foram psicólogos que atuavam nos mais diferentes serviços de atendimento à PSR no município de Juiz de Fora (MG), Brasil. Os convites para a participação na pesquisa foram feitos através de contato telefônico, por e-mail e/ou por Whatsapp com os serviços nos quais estavam inseridos os psicólogos, identificados em pesquisa anterior. Participaram da pesquisa 8 profissionais, sendo 7 psicólogas e 1 psicólogo⁵⁷. Após o aceite do convite, foram marcadas entrevistas com as profissionais, realizadas entre novembro de 2021 e março de 2022.

Em função das medidas de isolamento social vigentes no período da fase de coleta de dados da pesquisa devido à pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas por videoconferência e gravadas para posterior transcrição. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e assinado previamente pelas profissionais. Foi utilizado um questionário semiestruturado como roteiro de entrevista.

Posteriormente, foi feita a transcrição das entrevistas a partir do material gravado. O material transcrito foi organizado em tabelas para a identificação das respostas às questões do questionário.

Para a análise qualitativa das entrevistas, elas foram submetidas à Análise de Conteúdo do tipo Temática. Segundo Minayo (2007), esse procedimento consiste na redução do conteúdo de um texto a categorias que representem o que foi percebido como mais significativo após a leitura exaustiva do material, de acordo com

⁵⁷ Por se tratar de uma amostra composta majoritariamente por psicólogas, a referência aos conjunto dos entrevistados será sempre feita no feminino ao longo do presente trabalho.

a interpretação do pesquisador e em relação à literatura. Assim, foram levantadas 5 categorias de discussão a partir do conteúdo presente nos relatos das profissionais, referentes à *formação e referenciais teórico-metodológicos dos psicólogos*, ao *papel do profissional e a avaliação da atuação*, às *dificuldades e os dilemas enfrentadas*, aos *problemas e potencialidades da rede* e à *interdisciplinaridade no exercício profissional*.

Resultados e discussões

Descrição dos resultados e caracterização dos participantes

Neste tópico, é apresentada a síntese de alguns dos principais resultados descritivos presentes nas respostas das profissionais ao questionário. A partir do tópico seguinte, esses e outros resultados são melhor discutidos junto às categorias selecionadas do conteúdo das entrevistas.

Dentre os serviços de atendimento à PSR nos quais estavam inseridos as profissionais entrevistadas, a maioria (6) tem como área de concentração do serviço o setor de Assistência. Dos outros, 2 foram identificados como pertencentes a área de Cidadania e Direitos Humanos e apenas 1 teve como área de concentração a Saúde. Cabe destacar que 1 serviço foi identificado como sendo pertencente a duas áreas e que 2 das(os) psicólogas(os) entrevistados atuavam no mesmo serviço. Quanto à natureza dos serviços, quase todos são de natureza pública (7), sendo apenas 1 de natureza privada/sem fins lucrativos. A assistência psicológica foi identificada pelas psicólogas entrevistadas como um dos tipos de atendimento oferecidos pelos serviços em 5 deles.

Com relação à formação das psicólogas entrevistadas, 5 profissionais relataram possuir algum tipo de especialização. As áreas de especialização identificadas foram: Saúde Mental; Dependência Química; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicologia Escolar; e Psicologia Social. Uma das psicólogas também relatou possuir mestrado na área de Psicologia. Somente 3 profissionais relataram possuir alguma formação complementar para o trabalho em políticas públicas. Porém, todas as entrevistadas disseram ter conhecimento das diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para a atuação do psicólogo em políticas públicas.

No que tange aos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia identificados pelas(os) profissionais como direcionadores de seu trabalho com a PSR, a Psicologia Social Comunitária aparece como majoritária, sendo citada por 5 das psicólogas entrevistadas. A Psicologia Clínica, especificamente de abordagem psicanalítica, é apontada por 2 das profissionais. Uma das profissionais afirmou não utilizar de referenciais próprios da Psicologia em sua atuação no serviço em questão.

Acerca das principais dificuldades enfrentadas pelas psicólogas entrevistadas em sua atuação nos serviços de atendimento à PSR, destacam-se: a dificuldade de articulação entre os serviços (7); serviços insuficientes para as necessidades da população (6); ausência de recursos vários (6); situações de saúde mais graves e/ou abrangentes dos usuários que não podem ser diretamente abordadas no âmbito do serviços (4); e a inadaptação dos serviços às características da PSR (2). Outras dificuldades presentes ao longo dos relatos são: o trabalho em equipe; preconceitos por parte de profissionais dos serviços em relação aos usuários; a falta de veículo conforme demanda da Psicologia; a ausência de salas de atendimento que garantam sigilo e inviolabilidades dos usuários; a impossibilidade de realizar um acompanhamento mais sistemático e de melhor qualidade dos usuários; e a alta demanda somada a sobrecarga de trabalho no cotidiano dos serviços.

Quanto à presença da interdisciplinaridade no exercício profissional, todas as psicólogas entrevistadas afirmaram atuar de maneira interdisciplinar e todas avaliaram que essa forma de atuação potencializa os resultados de seu trabalho com a PSR. Dentre as especialidades profissionais identificadas com as quais as participantes da pesquisa trabalhavam de maneira interdisciplinar, há o destaque para os assistentes sociais, presentes em todos os serviços. Além deles, as equipes dos serviços nos quais as psicólogas estavam inseridas também contavam no momento da pesquisa com educadores sociais (3), advogados (2), profissionais de serviços gerais (2), agentes de cidadania (1), enfermeiros (1), técnicos de enfermagem (1) e profissionais da área de administração.

Formação e referenciais teórico-metodológicos dos psicólogos

A avaliação das psicólogas entrevistadas de sua formação para o trabalho em políticas públicas consistiu em um dos principais eixos analíticos retirados do

conteúdo das entrevistas, dado que o trabalho dos psicólogos com essa população no Brasil ocorre fundamentalmente no contexto das políticas públicas.

Por mais que metade das psicólogas entrevistadas (4) tenham avaliado sua graduação para o trabalho em políticas públicas, no geral, como positiva, tanto elas quanto outras participantes apontaram uma série de déficits na graduação, como a ênfase na formação clínica e de viés individualista, a ausência de leituras sociais, de conhecimentos sobre o funcionamento das políticas públicas e de seus serviços e o distanciamento das Universidades da realidade dos equipamentos e das pessoas por eles atendidas. Tais dados sugerem que, embora a Psicologia tenha adentrado o universo das políticas públicas e da realidade social da população brasileira, o movimento inverso (ainda) não ocorreu.

Parecem permanecer como limitações da formação em Psicologia no Brasil o foco na atividade clínica e uma visão de sujeito isolado de seu contexto, incoerentes com a natureza das demandas direcionadas aos psicólogos no âmbito dos serviços públicos, distante das discussões acerca dos problemas sociais e mais distante ainda dos muitos que são por eles afetados (Paiva & Yamamoto, 2010). Além disso, pensar a atuação dos psicólogos nas políticas públicas sem que as mesmas estejam incluídas como temática transversal dos currículos de graduação torna essa prática, já intrinsecamente desafiadora, ainda mais dificultosa.

Cabe ressaltar que apesar dos discursos das profissionais convergirem com a literatura no que tange às críticas à formação em Psicologia, foram também apontados aspectos positivos de suas graduações. A presença de disciplinas voltadas para a temática no currículo, o contato com professores com atuação na área e a realização de estágios em campos relacionados às políticas públicas tiveram destaque como pontos fortes da graduação para o trabalho que realizam atualmente junto à PSR. Contudo, questiona-se se a presença de disciplinas isoladas e/ou dependência de um interesse ou envolvimento pessoal, seja por parte dos professores ou dos alunos, representam sinais de um avanço concreto na formação para a atuação em políticas públicas. Ainda, embora a maioria das profissionais (5) possuíssem algum tipo de especialização e/ou pós-graduação, destaca-se que nenhuma delas tinha ênfase em políticas públicas ou na PSR e que boa parte possuía um enfoque individualista.

Para além da formação tradicional, a experiência da prática e a procura por qualificação estiveram presentes no discurso de algumas das participantes como

pontos cruciais para suprir os déficits em sua formação para o trabalho com a PSR. Nesse sentido, evidencia-se a importância da noção de *práxis*, entendida como a unidade dialética entre ação e reflexão, e da formação continuada dos psicólogos na atuação junto à PSR, não apenas como alternativa para a qualificação técnica dos profissionais, mas também como expressão do compromisso com os usuários atendidos, ao buscarem a constante melhoria dos serviços ofertados (Ximenes & Barros, 2009; Santiago et al., 2022).

O conhecimento das profissionais das diretrizes do CFP para a atuação dos psicólogos em políticas públicas é concebido como um indicativo de sua consciência da necessidade de adequação para a atuação em políticas públicas, além de constituir uma importante contribuição da entidade representativa da categoria para a prática dos psicólogos em seus campos de inserção emergentes (Bock et al., 2022). Todavia, deve-se alertar que o conhecimento das diretrizes estabelecidas não necessariamente se traduz em uma prática profissional de acordo com elas.

Em conjunção com a discussão sobre a adequação da formação dos psicólogos para a atuação com a PSR, Silva e Carvalhaes (2016) atentam para a necessidade de problematização da utilização de perspectivas teórico-metodológicas que se apresentam como formas hegemônicas do fazer psicológico e para a necessidade de (re)invenção dos modos de atuação tradicionais dos psicólogos no contexto das políticas públicas. Nesse sentido, a utilização da Psicologia Clínica e, mais ainda, de orientação psicanalítica, como direcionadora do trabalho nos serviços de atendimento à PSR por 2 das profissionais entrevistadas é aqui compreendida como mais um exemplo da transposição do modelo de atuação tradicional dos psicólogos para um contexto no qual ele se mostra inadequado e/ou insuficiente (Macedo & Dimenstein, 2012).

Conforme Rocha e Oliveira (2020), a atuação junto a PSR exige dos psicólogos a utilização de modelos teórico-metodológicos mais abrangentes do que os da clínica individual, coerentes com a multidimensionalidade das demandas apresentadas e com as diretrizes delineadas pelos serviços, sobretudo no setor da Assistência. Senra e Guzzo (2012) acrescentam ainda aos requisitos para o trabalho dos psicólogos nas políticas públicas a relevância de uma orientação crítica com relação à realidade social e voltada à transformação da mesma.

Desse modo, salienta-se a conformidade do referencial da Psicologia Social Comunitária (PSC), indicado pela maioria (5) das profissionais, para a atuação

junto à PSR. Sua concepção de homem como ser social e histórico, o enfoque na desconstrução da realidade estabelecida e o direcionamento para sua transformação, a partir do fortalecimento da autonomia dos sujeitos e comunidades através da ação dialógica e participativa, além da implicação ético-política exigida dos profissionais, são alguns dos elementos que evidenciam as contribuições da PSC para o trabalho nos serviços de atendimento à PSR (Montero, 2004). Esse dado sugere que as práticas das profissionais entrevistadas estão sendo realizadas de maneira coerente com as demandas da população atendida. No entanto, cabe questionar a forma pela qual as profissionais entrevistadas articulam esse referencial em suas práticas, considerando as contradições entre o papel proposto para os psicólogos pela PSC e os discurso de algumas das participantes acerca da função da Psicologia no trabalho com a PSR (discutido no tópico seguinte).

O fato de uma das profissionais participantes relatar não utilizar de nenhum referencial próprio da Psicologia em sua atuação no serviço em questão reforça a já apontada carência na formação e na produção de conhecimentos na área de um corpo teórico-metodológico consistente para a atuação com a PSR, apesar das já citadas contribuições da PSC e de outras perspectivas críticas em Psicologia, especialmente as de base latinoamericana (Paiva et al., 2021). Por fim, o embasamento do trabalho em referenciais “de fora” da Psicologia indicada por essa e outras profissionais, como nas diretrizes das políticas e nos manuais técnicos dos serviços, vai de encontro à necessidade colocada por Senra e Guzzo (2012) de ampliação dos referenciais que direcionam a ação dos psicólogos dentro das políticas públicas e de apropriação das políticas por esses profissionais.

Compreensão do papel do profissional e avaliação da atuação

De maneira semelhante aos dados discutidos no tópico anterior acerca da formação dos psicólogos para a atuação em políticas públicas, ainda fortemente marcada pelo modelo clínico/individual de atuação, a “escuta qualificada” foi mencionada por metade (4) das psicólogas entrevistadas como a principal ou uma das principais contribuições da Psicologia para o trabalho junto à PSR. A “empatia”, o “olhar para as dores dos sujeitos”, o “apoio à saúde mental” e a “capacidade de pensar psicopatologicamente” são outras das contribuições relatadas pelas profissionais que fazem alusão a esse modelo de intervenção em Psicologia.

Dimenstein (2000), ao tratar da cultura profissional do psicólogo brasileiro, aponta a existência de definições extremamente limitadas do que seria a atuação psicológica, a partir do tradicional modelo clínico/liberal/individualista que determinariam a identidade profissional dos psicólogos e, por conseguinte, a compreensão que eles possuem de seu papel nos mais diferentes contextos de inserção da profissão. Assim, a menção da “escuta” como uma das principais funções da Psicologia nos serviços de atendimento à PSR pode ser concebida como uma influência dessas concepções limitadas acerca da atuação dos psicólogos sobre parte das profissionais entrevistadas. Ainda, igualmente ao constatado por Rocha e Oliveira (2020), o não reconhecimento de uma das profissionais entrevistadas de que está atuando enquanto psicóloga no serviço em questão, demonstra a crise de identidade profissional vivenciada ao se afastar desse modelo tradicional de atuação no trabalho com a PSR.

Embora Sawaia et al. (2018) aponte que questionar a validade da escuta quando “a queixa é a fome” consista em uma separação e hierarquização de necessidades, como se a situação de rua e seus impactos não fossem também sofridos subjetivamente, indaga-se quais são os efeitos da percepção das profissionais dessa prática como a sua principal função no atendimento à PSR. Além dos referenciais teórico-metodológicos, é o entendimento dos profissionais acerca de seu papel que direciona a sua atuação e a própria articulação dos referenciais na mesma. Dessa forma, a compreensão das profissionais de que o seu principal papel no trabalho com a PSR é o da escuta, nos moldes da clínica individual, é concebida como um desafio para o desenvolvimento de práticas mais abrangentes e coerentes com as múltiplas demandas apresentadas por essa população.

Rocha e Oliveira (2020) apontam que a construção de uma nova identidade profissional do psicólogo, de maneira a superar os modelos hegemônicos em Psicologia, é um caminho necessário para a atuação dos profissionais nesse novo campo de inserção. Nesse sentido, apesar da aparente limitação na compreensão do papel do psicólogo por parte de algumas das profissionais entrevistadas, coexistem em seus discursos e são presentes nos relatos das demais entrevistadas outras contribuições da Psicologia para o trabalho com a PSR que expressam a assunção de novos e diferentes papéis pelos psicólogos dentro dos serviços.

A atuação no sentido da garantia de direitos e conscientização dos usuários, de conscientização e articulação da equipe, o cuidado com os profissionais da

instituição, a mediação de conflitos (entre os usuários e mesmo dentro da equipe), a humanização dos atendimentos e dos serviços, o fortalecimento comunitário e a leitura da subjetividade pessoal, cultural e coletiva envolvidas na situação de rua, são exemplos de atividades realizadas pelas profissionais entrevistadas que representam uma ampliação das possibilidades de análise e ação do psicólogo sobre as demandas da PSR. Além disso, duas das participantes trouxeram em seus relatos críticas ao viés clínico e individual na atuação com essa população. Tais achados denotam que, embora persistam os desafios e limitações para uma atuação condizente com as necessidades da PSR e com as diretrizes das políticas voltadas para essa população, a inserção dos psicólogos nos serviços de atendimento à PSR é também marcada pela construção de práticas diversificadas e por rupturas na concepção tradicional do papel do psicólogo e de seu fazer profissional.

Aliada à compreensão dos profissionais acerca de seu papel no trabalho com a PSR, a avaliação dos resultados de sua atuação constitui um importante eixo de análise da inserção dos psicólogos nos serviços de atendimento à essa população. A avaliação é um processo que tem como propósito a melhoria contínua da atuação profissional, buscando compreender as potencialidades e limitações das ações realizadas (Mota et al., 2014). Desse modo, tendo em vista a apenas recente inserção dos psicólogos no contexto das políticas públicas e dos serviços para a PSR, assim como os diversos deslocamentos provocados por essa prática para a atuação em Psicologia, a avaliação constante do exercício profissional toma uma ainda maior relevância. É através dela que se pode compreender se a atuação dos profissionais se encontra comprometida e se possui impactos significativos na direção da melhoria das condições de vida dos usuários, ou se constitui apenas na mera repetição de práticas que não resultam em efetiva mudança (Yamamoto, 2007; Senra & Guzzo, 2012).

Dentre as formas de avaliação da atuação profissional identificadas no relato das entrevistadas, estão presentes: as reuniões de equipe; a supervisão da coordenação; o acompanhamento dos casos; os retornos dos usuários; a análise de dados quantitativos dos atendimentos; e um questionário disponibilizado para a avaliação do serviço pelos usuários. Ainda, três das profissionais entrevistadas apontaram que a avaliação não é realizada de maneira formal e/ou específica nos serviços em que estão inseridas. Tal ausência de uma avaliação sistemática dos resultados da atuação profissional é entendida por Senra e Guzzo (2012) como um desafio

para os psicólogos atuantes no campo das políticas públicas. Mais do que isso, ela constitui um obstáculo para a própria efetivação das políticas direcionadas à PSR (Liberato, 2020).

Ademais, conforme Paiva et al. (2021), viabilizar a participação dos usuários no processo de avaliação dos serviços é uma possibilidade de fortalecimento da presença de suas demandas e interesses na construção das políticas, aspecto já previsto dentre as diretrizes da própria PNPSR. Nesse sentido, ampliar as formas de participação das pessoas em situação de rua na avaliação dos serviços voltados para elas mesmas, seja através dos retornos dos usuários para os profissionais ou de canais mais formas de avaliação, como através do questionário de avaliação do serviço mencionado por uma das entrevistadas, é uma via essencial para que o processo ainda em andamento de construção das políticas voltadas para a PSR e da atuação do Psicólogo com essa população esteja comprometido com as reais necessidades e interesses deste grupo.

Dificuldades e dilemas

O trabalho do psicólogo nas políticas públicas e nos serviços de atendimento à PSR é retratado pelas profissionais como repleto de dificuldades e desafios. Nas palavras de uma das profissionais entrevistadas: “(...) parece que tudo é dificuldade!”. As insuficiências da formação e dos referenciais teórico-metodológicos tradicionais da Psicologia, assim como a associação da atuação e do papel do psicólogo com a atividade clínica, discutidas anteriormente, retratam dificuldades concernentes à própria prática profissional dos psicólogos para a atuação nos serviços de atendimento à PSR. Contudo, de acordo com Yamamoto (2007), ainda que a crítica à formas convencionais e inadequadas de intervenção do psicólogo no contexto das políticas sociais deva ser feita, é preciso cuidado ao se fazerem exigências que vão além dos limites da ação profissional do psicólogo nesses espaços.

Nesse sentido, de acordo com os resultados apresentados anteriormente, as principais dificuldades identificadas pelas psicólogas estão relacionadas à carência de recursos (materiais e humanos) e de infraestrutura nos serviços, que impossibilitam a realização de um trabalho de melhor qualidade e de um acompanhamento mais efetivo dos sujeitos atendidos. Os psicólogos inseridos nesses serviços vivenciam dilemas estruturais para a sua atuação, sofrendo os impactos das mudanças

administrativas e da falta de investimento em infraestrutura nos serviços públicos (Senra & Guzzo, 2012). Somado a isso, de maneira convergente com Paiva et al. (2021), a própria complexidade das demandas direcionadas para os profissionais nesses contextos, como as múltiplas e urgentes necessidades da PSR, configuram outros desafios para a atuação elencados pelas participantes da pesquisa.

Oliveira e Miranda (2021), ao abordarem as condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos nas políticas sociais, destacam que, a partir do estágio neoliberal do capitalismo no Brasil, as políticas sofrem alterações significativas em decorrência dos processos de privatização e precarização dos serviços. Isto posto, torna-se claro perceber como a inserção dos profissionais de Psicologia nos serviços de atendimento à PSR é atravessada por determinações materiais que estabelecem limites para uma atuação com “compromisso social” que ultrapassam a ação individual dos profissionais. Portanto, tratar da atuação dos psicólogos junto à PSR exige também um posicionamento crítico quanto à realidade social e política brasileira e, por parte dos profissionais, uma ampliação de sua ação política no sentido da defesa dos direitos - incluindo as políticas e serviços - dessa população (CRP-MG, 2015).

São também indicadas pelas profissionais dificuldades relacionadas à articulação da rede de atenção à PSR e ao trabalho em equipe interdisciplinar. Entretanto, por serem consideradas categorias de particular importância para a compreensão da realidade de atuação dos psicólogos nos serviços de atendimento à PSR, as discussões sobre estas duas temáticas são feitas separadamente nos tópicos seguintes.

Também estão presentes no discurso da maior parte (5) das participantes da pesquisa dilemas éticos com os quais os profissionais se deparam na atuação com a PSR. Esses dilemas estão relacionadas à dificuldade de lidar com crises e brigas no espaço do serviço, quanto à necessidade de suspensão de um usuário do serviço por não seguir as regras da instituição, ao lidar com a Polícia Militar (PM) ao agir em defesa da PSR, ao sigilo das informações compartilhadas pelos usuários, ao uso abusivo de drogas, ao receio de intervenção com os próprios profissionais da equipe diante de atitudes preconceituosas e de visões estigmatizadas da PSR por parte destes e, ainda, à dificuldade de lidar com o desejo de certas pessoas de permanecerem nas ruas.

Partindo desses achados, concebe-se que o trabalho com a PSR possui uma dimensão ética (que se imbrica na dimensão política) que deve ser levada em

consideração para a análise da atuação do psicólogo com essa população (CRP-MG, 2015). Os discursos das profissionais demonstram uma oscilação entre a necessária defesa dos direitos e desejos da pessoa em situação de rua e a dificuldade de se lidar com comportamentos de transgressão às normas e da moral imposta por esses sujeitos, exigindo tanto compromisso quanto flexibilidade dos profissionais dos serviços de atendimento à PSR.

Problemas e potencialidades da rede

Conforme já destacado, a intersetorialidade é preconizada na PNPSR como uma estratégia essencial para garantir o acesso da PSR às políticas e serviços, objetivando garantir a integralidade da atenção a esse grupo populacional. Para Oliveira e Guizardi (2020), essa perspectiva é ancorada na compreensão de que as demandas e necessidades da PSR são complexas e que não se apresentam de maneira fragmentada, apesar da “clausura setorial” assinalada por Macedo et al. (2020) por meio da qual se organizam as políticas públicas voltadas para essa população. Segundo os autores, dado o histórico de ações hegemonicamente desarticuladas das políticas em geral, sem perspectiva de continuidade e complementaridade em função das especificidades e burocracias que apresentam, entende-se que a intersetorialidade (e também a interdisciplinaridade) constitui um importante analisador dos desafios para a efetivação do papel das políticas públicas e dos serviços direcionados à PSR.

Ainda que a intersetorialidade seja reconhecida nos documentos oficiais e nos discursos das profissionais entrevistadas como um elemento essencial no trabalho com a PSR, ela foi uma das dificuldades identificadas pela quase totalidade das entrevistadas. Cinco das profissionais indicaram obstáculos para a concretização de uma articulação efetiva dos serviços de atendimento à PSR no município de Juiz de Fora. Em primeiro lugar, destaca-se a dificuldade de articulação entre o setor da Assistência e da Saúde, especialmente com a Saúde Mental, apontada por 2 das profissionais entrevistadas inseridas na Assistência. Esse dado converge com a discussão realizada por Sicari e Zanella (2018) em sua revisão sistemática sobre a PSR no Brasil, ao indicarem que os serviços de saúde mental ainda apresentam dificuldades para adaptarem e flexibilizarem suas estratégias de atuação no cuidado da pessoa em situação de rua.

A psicóloga inserida no setor da Saúde identificou a falta de articulação entre os serviços como o maior desafio para os trabalhadores do setor, devido à tendência de compartimentalização dos problemas e da dificuldade de compreensão por parte dos profissionais dos casos como uma “colcha de retalhos”, construída coletivamente em prol da pessoa atendida. Outros obstáculos para o trabalho inter-setorial presentes nos relatos das entrevistas são: a dificuldade de realização de encaminhamentos; a ausência de um protocolo formal no município e a necessidade de avanços em termos da política municipal para a PSR; a não continuidade das ações de articulação realizadas; a falta de comunicação entre os profissionais dos diferentes setores; e a própria sobrecarga de trabalho enfrentada no cotidiano dos serviços, o que impossibilita a realização pelos profissionais de outras ações além daquelas habituais em sua rotina de trabalho, como as ações de articulação da rede.

Nesse sentido, ressalta-se que por mais que a intersetorialidade seja uma construção dos diferentes atores inseridos nos setores das políticas públicas, sua efetivação exige mais do que a compreensão dos profissionais acerca de suas relevância. Para que a rede supere sua configuração de um mero emaranhado de serviços desconexos que não abarcam às múltiplas necessidades da PSR, são necessárias modificações tanto na forma de gestão das políticas, quanto na maneira de se conceber a organização da atuação dos profissionais dentro dos serviços, de modo a propiciar a construção de canais e espaços de troca permanente entre os setores (Carmo & Guizardi, 2017).

As profissionais entrevistadas mencionaram outros elementos que poderiam promover uma melhor articulação da rede. As participantes que avaliaram positivamente a atuação intersetorial no município foram também questionadas quanto ao que possibilita esta boa articulação. Na mesma direção do que foi apontado acima, incluíram-se a garantia de melhores condições de trabalho para os profissionais, uma maior implicação desses na atuação dentro das políticas públicas, a realização de reuniões regulares entre os serviços da rede, um melhor conhecimento por parte da rede da função específica de cada serviço, a comunicação ativa entre os profissionais por grupos em redes sociais e/ou contato telefônico e a criação de fóruns descentralizados.

Uma das profissionais observou a importância da inclusão do setor Educação no trabalho com a PSR, o que evidencia o entendimento da profissional da necessidade de se pensar em uma intersetorialidade de forma ampla, visando a efetivação

do princípio de integralidade na atenção a esses sujeitos. Por fim, salienta-se que a profissional inserida em uma organização privada/sem fins lucrativos também relatou a existência de uma articulação com os serviços públicos de atendimento à PSR, o que exemplifica a já citada integração do Terceiro Setor na rede de proteção a partir dos impactos da agenda neoliberal no Brasil.

Interdisciplinaridade no exercício profissional

Todas as psicólogas entrevistadas (e também o psicólogo entrevistado) relataram atuar de maneira interdisciplinar e, invariavelmente, reconheceram a importância desse modelo de atuação para o trabalho com a PSR. Assim como a intersetorialidade, a interdisciplinaridade é uma via necessária para a melhoria dos serviços e da atenção à PSR, levando em consideração que as necessidades desses sujeitos são complexas e não se fragmentam nem entre os setores das políticas públicas, nem entre os diferentes núcleos profissionais. Dentre as potencialidades da interdisciplinaridade apontadas pelos participantes, identificam-se: a possibilidade de ampliação do olhar crítico sobre o sujeito, dadas as limitações das disciplinas quando tomadas de maneira isolada e as contribuições dos múltiplos olhares; o aprendizado na troca com profissionais de outras especialidades; e a possibilidade de sanar lacunas no conhecimento dos profissionais.

A partir desses dados, é possível observar que os profissionais entrevistados demonstraram consciência do imperativo da interdisciplinaridade para o trabalho que realizam no atendimento à PSR, mais do que apenas uma resposta reativa frente às expectativas acerca de sua atuação. O discurso de algumas das psicólogas, entretanto, aparentou expressar uma compreensão de interdisciplinaridade voltada para a soma de distintos olhares sobre os sujeitos atendidos, mais próxima da noção de multidisciplinaridade, do que de uma integração efetiva dos distintos núcleos profissionais, de forma semelhante ao encontrado por Ronzani e Rodrigues (2006) ao nível da Atenção Primária. Porém, um dos profissionais destacou a importância da horizontalidade, outro aspecto elementar da interdisciplinaridade, ao citar que até mesmo os profissionais de Serviços Gerais podem contribuir com informações relevantes sobre os casos.

As principais ações realizadas de maneira interprofissional dentro dos serviços colocadas pelos profissionais foram: reuniões de equipe; discussões de caso;

troca de informações; acolhimentos/atendimentos conjuntos; supervisão; planejamento de intervenções; visitas domiciliares; busca ativa; reuniões de articulação da rede; rodas de conversa; e encaminhamento para benefícios socioassistenciais. Na realização dessas ações, há o destaque para a atuação conjunta entre os psicólogos e os assistentes sociais, a comumente denominada “dupla psicossocial”, dado que essas duas especialidades são as mais presentes e cuja atuação se dá de maneira mais proximal dentro dos serviços aqui abordados.

Por último, além do reconhecimento das potencialidades da interdisciplinaridade, é válido sublinhar que uma das psicólogas e o psicólogo entrevistados relataram fatores que limitam a sua plena execução no cotidiano dos serviços em que atuam. Os regimes diferentes de trabalho entre os profissionais inseridos no serviço e a ausência de profissionais de outras especialidades, como advogados e pedagogos, foram apontados como dificuldades para a efetivação de um atendimento integral e de melhor qualidade à PSR. Nesse sentido, conforme Macedo et al. (2020), é preciso que se desenvolvam arranjos de gestão dos processos de trabalho das equipes de forma a propiciar a construção da atuação interdisciplinar em todo o seu potencial nos serviços públicos.

Considerações Finais

O trabalho dos psicólogos com a PSR é desafiador. Talvez essa seja uma conclusão que poderia ser feita antes mesmo da aproximação com a realidade da atuação dos profissionais participantes da pesquisa. A PSR é marcada pela extrema vulnerabilidade e por necessidades relacionadas a (quase) todos os âmbitos da vida, sendo uma das expressões mais perturbadoras de um modo de organização social baseado na produção de desigualdades. Portanto, *como se pensar em uma Psicologia capaz de atuar frente à toda a complexidade apresentada pela situação de rua?*

Alguns dos desafios para isso, ao menos, puderam ser identificados através dos relatos dos psicólogos entrevistados. Em primeiro lugar, a formação e os modelos tradicionais de atuação em Psicologia, assim como a construção histórica a partir de ambas da identidade profissional dos psicólogos e da compreensão acerca de seu papel no Brasil, constituem desafios direcionados à própria Psicologia nesse seu novo campo de inserção. O trabalho com a PSR exige dos profissionais a construção de novas práticas e de um novo modo de se conceber a Psicologia, caminho

já indicado por autores que expressam a necessidade de assunção de um compromisso com a transformação da realidade social por parte dos psicólogos no trabalho com a PSR e com outros grupos vulnerabilizados.

Contudo, os desafios não se limitam à Psicologia ou aos psicólogos. As experiências dos participantes desta pesquisa nos serviços de atendimento à PSR demonstram que há limitações de ordem estrutural que entram as possibilidades de transformação a partir da ação profissional dos psicólogos. A precarização das políticas (e, conseqüentemente, dos serviços) no Brasil e a maneira pela qual elas estão organizadas, que impõem obstáculos para uma atuação articulada entre os setores e os diferentes núcleos profissionais, assim como a sobrecarga de trabalho enfrentada, são alguns dos desafios que ultrapassam a atuação dos profissionais.

Por fim, tratar da atuação dos psicólogos com a PSR torna necessária, mais uma vez, a crítica das condições sociais que possibilitam a existência de pessoas tomando as ruas como seu lugar de moradia. Mais do que a construção de uma prática profissional e de políticas que garantam uma atenção de qualidade à PSR, é necessário atuar - não apenas, mas também enquanto categoria profissional - no sentido da desconstrução e transformação da realidade estabelecida que torna condições inaceitáveis e “feridas abertas”, como a situação de rua, em situações naturalizadas no cotidiano.

Referências

- Bock, A. M. B., Rosa, E. Z., Amaral, M. M., Ferreira, M. R., & Gonçalves, M. da G. M. (2022). O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 42.
- Brasil (2009). *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.
- Brasil (2011). *Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília: Ministério da Saúde.
- Carmo, M. E. do, & Guizardi, F. L. (2017). Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 1265–1286.

- CRP-MG (2015). *A Psicologia e a População em Situação de Rua: Novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5, 95–121.
- Liberato, K. B. L. (2020). Política pública e cidadania: avaliação da política nacional para população em situação de rua a partir do centro POP do município de Fortaleza-CE [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192.
- Minayo, M.C.S. (2007). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 10ª ed. HUCITEC.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Mota, D. C. B., Costa, P. H. A., Ronzani, T. M., Colugnati, F. A. B., & Rush, B. R. (2014). Avaliação dos Sistemas de Tratamento para Usuários de Drogas no Brasil. In T. M. Ronzani (Org.) *Intervenções e Inovações em Álcool e Outras Drogas*. Editora UFJF.
- Oliveira, L. M. F. (2017). O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Londrina.
- Oliveira, A., & Lube Guizardi, F. (2020). A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. *Saúde E Sociedade*, 29(3).
- Oliveira, A. L. A., & Miranda, A. P. F. (2021). As condições de trabalho do(a)s assistentes sociais e do(a)s psicólogo(a)s na política de Assistência Social. In F. S. Paiva & M. L. Duriguetto (Orgs.), *O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas*. Editora UFJF.
- Paiva, F. S., Machado, C. B., Furtuoso, L. M., & Silva, M. H. (2021). Psicologia e a práxis profissional no âmbito da política de Assistência Social: diálogos e caminhos possíveis. In F. S. Paiva & M. L. Duriguetto (Orgs.), *O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas*. Editora UFJF.

- Paiva, I. L. de, & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor.” *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(2), 153–160.
- Rocha, F. C., & Oliveira, P. R. S. de. (2020). Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. *Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 15(1), 1–18.
- Ronzani, T. M., & Rodrigues, M. C. (2006). O psicólogo na atenção primária à saúde: contribuições, desafios e redirecionamentos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 132–143.
- Santiago, D. E., Silva, C. M. R. da, Garcia, A. S., Santos, A. C. C. dos, Batidys, G. A., Valentin, M. G., Itelvino, M. S., & Pereira, N. B. S. (2022). Psicologia: Diretrizes e Atuação Profissional Diante Do Contexto Da População Em Situação De Rua. *Connection Line - Revista Eletrônica da Univag*, 0(27).
- Sawaia, B. B., Pereira, A., & dos Santos, L. M. C. (2018). Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. In Sawaia B. B., Albuquerque, R., & Busarello, F. L. (Orgs.), *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. Alexa Cultural. Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293–299.
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662–679.
- Silva, M. L. L. da. (2006). Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005 [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. de. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: Impasses e Reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247–256.
- Sousa, A. P., & Macedo, J. P. (2019). População em situação de rua: Expressão (im)per-
tinentemente da “questão social.” *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
- Ximenes, V. M., & Barros, J. P. P. (2009). Perspectiva Histórico-Cultural: Que contribuições teórico-metodológicas pode dar à práxis do psicólogo comunitário?. *Psicologia Argumento*, 27(56).
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30–37.